

PARECER Nº 1162/2025

**PARECER CONJUNTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E  
DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO  
ORÇAMENTÁRIA**

**Processo:** 57138/2025

**Assunto:** Projeto de resolução que: “DISPÕE SOBRE OS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E AS FUNÇÕES COMMISSIONADAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ, E ALTERA SUA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA.”

**Autoria:** Mesa Diretora.

## **I - RELATÓRIO**

A Mesa Diretora desta Casa, no âmbito de sua competência privativa, apresenta matéria acima epigrafada para devida análise em conjunto das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

Justifica que:

*O presente Projeto de Resolução tem por finalidade promover ajustes na estrutura administrativa da Câmara Municipal de Cuiabá, assegurando maior eficiência e racionalidade na gestão e na utilização dos recursos humanos, de modo a garantir melhor desempenho das atividades legislativas e administrativas desta Casa.*

Cumprе destacar que o projeto se encontra devidamente instruído com cálculo e declaração de impacto orçamentário.

É o relatório.

## **II – ANÁLISE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

### **1. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE.**

O Processo legislativo consiste num conjunto coordenado de atos que disciplina o procedimento a ser obedecido pelos órgãos competentes na produção das leis e atos normativos que derivam diretamente da Constituição Federal, Constituição Estadual e da Lei Orgânica do Município.

A Mesa Diretora da Câmara é o órgão responsável por dirigir os trabalhos de seus



membros, no caso os parlamentares, nas funções típicas de legislar e fiscalizar; e atípicas, na administração e gestão de pessoal, conforme previsto na Lei Orgânica Municipal:

**Art. 15.** *A Mesa Diretora é órgão de direção dos trabalhos legislativos e administrativos da Câmara e compõe-se de Presidente, 1º e 2º Vice-Presidentes, 1º e 2º Secretários, e dentre outras atribuições, compete:*

*I - tomar todas as medidas necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos;*

*II - propor projetos que criem ou extingam cargos nos serviços da Câmara e fixem os respectivos vencimentos;*

*III - apresentar projetos de lei dispondo sobre abertura de créditos suplementares ou especiais, através do aproveitamento total ou parcial das consignações orçamentárias da Câmara;*

*IV - representar, junto ao Executivo, sobre necessidades de economia interna;*

*V - nos projetos de competência exclusiva da Mesa da Câmara, não serão admitidas emendas que aumentem a despesa prevista, ressalvando o disposto no inciso II, deste artigo, desde que aprovados por maioria absoluta dos membros da Câmara.*

*VI - A Mesa da Câmara Municipal poderá encaminhar pedidos escritos de informação a Secretários Municipais, ou a qualquer das pessoas referidas no Inciso XI do art. 11 desta Lei Orgânica, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não- atendimento no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.*  
[\(Dispositivo incluído pela Emenda à Lei Orgânica nº 23, de 08 de julho de 2010\)](#)

**Art. 23.** *O processo legislativo municipal compreende a elaboração de:*

*(...);*

*IV- resoluções*

Portanto a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno desta Casa conferem à Mesa Diretora a iniciativa de propor medidas relativas à organização interna deste Poder, incluindo-se os servidores públicos, para fazer adequações essenciais ao bom funcionamento dos trabalhos legislativos e administrativos.

Logo, indene de dúvidas sobre a iniciativa da Mesa Diretora no que se refere a legislar a respeito das funções comissionadas próprias da estrutura administrativa desta Casa de Leis.



Incumbe, ainda, a esta Comissão examinar o mérito da proposição nos termos do art. 49, IV, “a”, do Regimento Interno.

Nessa seara, destaca-se o que foi exposto na justificativa, que a proposição

*Tal medida também corrige histórica distorção, ao garantir condições equânimes de funcionamento entre os setores, uma vez que a Procuradoria Legislativa, até o presente momento, não dispõe de funções específicas para o desempenho de suas atribuições, diferentemente de outras unidades administrativas desta Casa, que já contam com cargos e funções próprias para a execução de suas atividades.*

Por todo o exposto, resta nítida a adequação jurídica do projeto nos aspectos de incumbência desta Comissão.

## 2. REGIMENTALIDADE

Neste aspecto dispõe o Regimento da Câmara Municipal, Resolução nº 008/2016:

**“Art. 63 O estudo de qualquer matéria poderá ser feito em reunião conjunta de duas ou mais Comissões, por iniciativa de qualquer delas, aceita pelas demais, sob a direção do Presidente mais idoso.**

**Parágrafo único.** Nas reuniões conjuntas observar-se-ão as seguintes normas:

*I – cada Comissão deverá estar presente pela maioria de seus membros;*

*II – o estudo da matéria será em conjunto, mas a votação far-se-á separadamente;*

*III – cada Comissão poderá ter o seu relator se não preferir relator único; e*

*IV – o parecer das Comissões poderá ser em conjunto, desde que consigne a manifestação de cada uma delas, ou em separado, se essa for a orientação preferida, mencionado, em qualquer caso, os votos vencidos, ou em separados, os votos pelas conclusões e os com restrições.*

**Art. 49. Compete à Comissão de Constituição, Justiça e Redação:**



*I – opinar em todas as proposições que tramitem na Casa, quanto aos aspectos constitucional, legal, regimental e redacional.*

*(...).*

*IV – manifestar-se sobre o mérito da proposição, assim entendida a colocação do assunto sob o prisma da conveniência, utilidade e oportunidade, nos seguintes casos:*

*a) organização administrativa e de pessoal da Prefeitura e da Câmara;*

*(...).*

O projeto atende as exigências regimentais.

### 3. REDAÇÃO

O Projeto atende parcialmente exigências estabelecidas na Lei Complementar nº. 95, de 26 de fevereiro de 1998, no que se refere a redação. Considerando que o projeto em trâmite **guarda estreita conexão com a matéria constante do processo legislativo eletrônico nº 57313/2025**, imperioso promover ajustes de faceta estritamente redacional para promover alinhamento técnico entre os dois diplomas.

Nessa linha, sugere-se:

**EMENDA DE REDAÇÃO 01** – NO ART. 2º, CAPUT E Inciso VIII, a) 1; 2; e 3. Para que o termo “Assessoria Especial” relativo aos cargos vinculados ao Gabinete Geral do Procurador Legislativo Seja substituído por Função Comissionada:

*Art. 2º Fica criada a Função Comissionada Contenciosa, a Função Comissionada Administrativa e a Função Comissionada Legislativa no âmbito da Procuradoria Legislativa, conforme consta do ANEXO III desta Resolução, incluindo os itens 1, 2 e 3 na alínea “a” do inciso VIII do Art. 4º da Resolução nº 18, de 20 de dezembro de 2018, cujas atribuições constam no ANEXO IV desta resolução, que passam a integrar o anexo VII da Resolução nº 18, de 20 de dezembro de 2018, que passa a vigorar com a seguinte redação:*

*Art. 4º A Organização Administrativa da Câmara Municipal compreende as seguintes unidades:*

*(...)*

#### **VIII – PROCURADORIA LEGISLATIVA**

*a) Gabinete do Procurador Geral Legislativo;*

*1. Função Comissionada Contenciosa (FC). (AC)*



2. *Função Comissionada Administrativa (FC). (AC)*

3. *Função Comissionada Legislativa. (FC).” (AC)*

**EMENDA DE REDAÇÃO 02 – NO ANEXO III:** para adequar a denominação das funções comissionadas tratadas na Emenda de Redação 01. Assim, as funções deverão ter a denominação já mencionada na emenda anterior.

**EMENDA DE REDAÇÃO 03 – NO ANEXO IV:** para adequar a descrição das atribuições das funções mencionadas nas emendas anteriores:

**FC – FUNÇÃO COMISSIONADA CONTENCIOSA**

*Responsabilizar-se por gerenciar a análise dos processos do contencioso judicial no âmbito da Procuradoria Legislativa, assegurando a correta tramitação e a observância das normas aplicáveis. Inclui a supervisão e orientação das tarefas desempenhadas pelos servidores envolvidos na instrução e acompanhamento desses processos, além da execução de outras atribuições correlatas que lhe forem determinadas pelo Procurador-Geral. (AC)*

**FC – FUNÇÃO COMISSIONADA ADMINISTRATIVA**

*Responsabilizar-se por gerenciar a análise dos procedimentos administrativos atinentes a contratos e licitações no âmbito da Procuradoria Legislativa, assegurando a correta tramitação e a observância das normas aplicáveis. Inclui a supervisão e orientação das tarefas desempenhadas pelos servidores envolvidos na instrução e acompanhamento desses processos, além da execução de outras atribuições correlatas que lhe forem determinadas pelo Procurador-Geral. (AC)*

**FC – FUNÇÃO COMISSIONADA LEGISLATIVA**

*Responsabilizar-se por gerenciar a análise dos procedimentos atinentes às matérias legislativas no âmbito da Procuradoria Legislativa, assegurando a correta tramitação e a observância das normas aplicáveis. Inclui a supervisão e orientação das tarefas desempenhadas pelos servidores envolvidos na instrução e acompanhamento desses processos, além da execução de outras atribuições correlatas que lhe forem determinadas pelo Procurador-Geral. (AC)*



**EMENDA DE REDAÇÃO 04 - NO ANEXO 01 – PARA ADEQUAÇÃO TÉCNICA DAS DENOMINAÇÕES DOS CARGOS E DAS RESPECTIVAS SIMBOLOGIAS:**

<b>DENOMINAÇÃO DO CARGO</b>	<b>SÍMBOLO</b>	<b>QTDE</b>
<i>Assessor Técnico Institucional I (NR)</i>	<i>CNE – AI 01</i>	<i>7</i>
<i>Assessor Técnico Institucional II</i>	<i>CNE – AI 02</i>	<i>15</i>
<i>Assessor Técnico Institucional III</i>	<i>CNE – AI 03</i>	<i>15</i>
<i>Assessor Técnico Institucional IV</i>	<i>CNE – AI 04</i>	<i>21</i>
<b>TOTAL DE CARGOS</b>		<b>58</b>

O eventual erro de caráter meramente estilístico/diagramação ou de formatação, sugere-se a boa-fé objetiva na interpretação para consolidação adequada do diploma na redação final.

#### **4. CONCLUSÃO**

O projeto atende aos requisitos de legalidade e constitucionalidade, tanto no aspecto formal quanto material, sendo que a matéria está inserida no campo da autonomia de gestão de pessoal deste Poder.

Assim opinamos pela aprovação da matéria.

#### **5. VOTO DA CCJR**

VOTO DO RELATOR PELA APROVAÇÃO COM EMENDAS DE REDAÇÃO.

### **III - ANÁLISE DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As atribuições desta Comissão estão previstas no Regimento da Câmara Municipal - Resolução nº 008/2016, que dispõe:

**Art. 50.** *Compete à Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária:*

**I – opinar em todos os Projetos quanto aos aspectos orçamentários e financeiros, em todas as proposições que couber e, em especial, nas que tratam da legislação orçamentária, compreendendo o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentária, a Lei Orçamentária Anual, os créditos adicionais, e suas alterações;**

Cabe a esta Comissão emitir parecer sobre a compatibilidade e/ou a adequação financeira e





orçamentária da proposição e, quando for o caso, sobre o mérito. Sujeitam-se obrigatoriamente ao exame de compatibilidade e/ou adequação financeira e orçamentária as proposições que impliquem aumento ou diminuição de receita ou despesas públicas.

Nesse sentido exige a Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal:

**Art. 16.** *A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:*

*I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;*

*II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.*

**Art. 17.** *Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.*

*§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o caput deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.*

*§ 2º Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.*

O projeto está acompanhado do Relatório de impacto financeiro-orçamentário e da Declaração do Ordenador de Despesas, como consignado na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Observa-se na memória de cálculo anexa que o valor do impacto orçamentário está expressamente informado e calculado sobre a receita total para o exercício de 2026, quando se inicia a vigência da norma, bem como há declaração da ordenadora de despesa. Nesse sentido, verifica-se que os limites impostos pela legislação de Direito Financeiro restam preservados, não havendo óbice.

No mérito esta Comissão entende que o Projeto atende aos requisitos da conveniência, oportunidade e utilidade. As alterações promovidas visam proporcionar condições adequadas para o pleno funcionamento deste Parlamento Municipal.

O processo está acompanhado do estudo de impacto orçamentário-financeiro, comprovando



que está em consonância com as leis orçamentárias, atendendo exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**VOTO DA CFAEO**

VOTO DO RELATOR PELA APROVAÇÃO COM AS EMENDAS DA CCJR.

Cuiabá-MT, 19 de dezembro de 2025





## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade> utilizando o identificador 3100360035003800380038003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **Marcrean Santos (Câmara Digital)** em 19/12/2025 12:23

Checksum: **A8AA678F6CEAF980DAEA56852EF4984302D9695426AE58649B474327BF86C925**



Autenticar documento em <https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade> com o identificador 3100360035003800380038003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.